

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

De acordo com informações que vieram a público esta semana, a fábrica Remate & Silhueta parou o seu funcionamento deixando 60 trabalhadoras no desemprego. Na passada segunda-feira, dia 2 de Setembro, as trabalhadoras compareceram na fábrica, após o período de férias, encontrando-a encerrada e sem ninguém que as pudesse informar acerca da situação.

Aparentemente, a carta de despedimento enviada pela administração da empresa, datada de 26 de Agosto, terá chegado à mão das trabalhadoras em 28 de Agosto, referindo o seguinte:

“Vimos pela presente comunicar-lhe que em virtude do nosso único cliente nos ter informado que a partir do dia 1 de setembro de 2019 deixará de nos dar trabalho, vemo-nos forçados a encerrar total e definitivamente a nossa empresa, por inviabilidade económica. Deste modo, o seu contrato de trabalho caduca na data de hoje, nos termos do nº 3 do art.º 346.º do Código de Trabalho.”

Segundo as trabalhadoras, não existiam indícios que fizessem prever este desfecho. A fábrica produzia camisolas e t-shirts para marcas internacionais e terá justificado o encerramento alegando que, a partir de 1 de Setembro, o único cliente da empresa de têxteis iria deixar de fazer encomendas.

A maioria das trabalhadoras ganhava o salário mínimo nacional, tendo, com esta situação, ficado com o mês de Agosto e as horas extraordinárias por receber, além de pertences pessoais que ficaram dentro das instalações da fábrica.

O sentimento de injustiça das trabalhadoras - que têm obrigações pessoais, familiares, contas para pagar – perante a situação relatada é muito grande. O PCP considera que é forçoso defender os direitos destas trabalhadoras e que é urgente o acompanhamento e tomada de medidas, por parte do Governo, em relação a toda a situação.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.ª Ex.ª que possa enviar ao Governo, por intermédio do Ministro Adjunto e da Economia, o pedido de resposta às seguintes questões:

1. O Governo tem conhecimento desta situação? Como a analisa?
2. Que medidas vai o Governo tomar no sentido de garantir que os direitos das trabalhadoras são integralmente respeitados?
3. Que medidas vai o Governo tomar para tentar salvaguardar os postos de trabalho e a

viabilidade da empresa?

Palácio de São Bento, 4 de setembro de 2019

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

ÂNGELA MOREIRA(PCP)